



SELEÇÃO INTERNA

Admissão ao Curso de Habilitação de Oficiais Policiais Militares de Administração, de Especialista – Auxiliar de Saúde e de Músico (CHOAEM)

Caderno de
Prova objetiva

CESPEUnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Aplicação: 19/11/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cento e vinte itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (Datas Prováveis)

- I **21/11/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pmdfchoaem2006.
- II **22 a 23/11/2006** – Recurso (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pmdfchoaem2006 —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **22/12/2006** – Resultado final da prova objetiva e convocação para a segunda etapa da seleção: Diário Oficial do Distrito Federal e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pmdfchoaem2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 13/2006 – PMDF/CHOAEM, de 5/9/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/pmdfchoaem2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para os itens de 1 a 10

1 O conceito mais conhecido de inteligência é aquele
relacionado com a capacidade de resolver problemas — dos
mais simples aos mais complexos, na grande variedade das
4 conquistas humanas nas diversas áreas do saber. É também
a capacidade de criar produtos, materiais ou intelectuais, que
sejam aceitos socialmente. É um potencial biológico e
7 psicológico, isto é, a inteligência está associada aos nossos
desejos e às nossas ações conscientes e inconscientes.
Significa também escolher. É a capacidade pela qual
10 conseguimos conhecer e compreender as coisas por meio de
uma seleção de opções que se nos apresentam no dia-a-dia.

13 Todo ser humano tem suas habilidades para
interagir com o meio onde vive. Nossa inteligência não está
em um espaço fechado chamado cérebro. Interagimos com
o mundo e, utilizando nosso corpo e nosso ser, participamos
16 da nossa cultura. Pensamos e sentimos como um todo.
A diversidade das habilidades humanas torna uns diversos
dos outros. Não uns mais do que os outros, mas diversos,
19 com competências diferentes, constituindo seres construtivos
da história humana. Portanto, todos os humanos são seres
inteligentes, com potenciais para ir além do que são já, neste
22 instante.

Celso Ribeiro. In: *Jornal de Negócios/Vida e Saúde*, 2/6/2002 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 A inteligência é principalmente a capacidade de resolução de problemas simples e complexos.
- 2 É possível criar produtos materiais e intelectuais aceitos socialmente e também fazer escolhas diárias, graças ao potencial humano denominado inteligência.
- 3 A inteligência dota o ser humano com habilidades que lhe permitem interagir com o mundo exterior e participar da própria cultura.
- 4 As diferentes competências humanas possibilitam aos seres humanos construir a própria história, além de ultrapassarem seus limites.

Com relação ao texto acima, julgue os próximos itens.

- 5 O texto se caracteriza pelo uso de vocabulário técnico, predominando as estruturas sintáticas de subordinação.
- 6 Na linha 1, o vocábulo “aquele” retoma o fragmento “mais conhecido”, relacionado ao termo “conceito”.
- 7 O trecho “É também a capacidade de criar produtos, materiais ou intelectuais” (l.4-5) se refere a “inteligência” (l.1).
- 8 O emprego do sinal indicativo de crase é facultativo no trecho “às nossas ações conscientes e inconscientes” (l.8) porque antecede o pronome possessivo “nossas”.
- 9 Na linha 13, “onde” pode ser substituído pelas expressões **em que** ou **no qual** sem prejuízo para a correção gramatical e a coerência do período.
- 10 O trecho “utilizando nosso corpo e nosso ser” (l.15) expressa idéia de finalidade.

Exercício na infância precisa ter limites

1 Que o exercício beneficia as crianças, não há
dúvidas. Mas onde é a linha de chegada? Hoje, especialistas
se debruçam sobre a intensidade ideal da atividade física
4 nessa fase. O excesso pode ser danoso: baixas no sistema
imunológico, com infecções recorrentes; distúrbios de
comportamento, como irritabilidade e insônia; dores crônicas
7 na musculatura e nas articulações; e lesões na pele podem ser
sinais de treinamento excessivo infantil.

A máxima de que “quem faz esporte cresce mais”
10 deixa de ser consenso. Na verdade, abusar das atividades
de impacto pode gerar deficiências de crescimento.
A frequência de prática segura envolve fatores estruturais,
13 endócrinos e genéticos que interferem na resistência a
impactos da placa de crescimento. As lesões mais frequentes
nas crianças vítimas de treinamento excessivo são as dos
16 ossos e músculos. Vão de macrotraumas (fraturas, torções,
luxações, distensões) a microtraumas (inflamações na
cartilagem de crescimento e no tecido ósseo, nas
19 extremidades de ossos longos, como fêmur e tíbia). As dores
no joelho são as mais comuns.

Quando a dor chega, é hora de parar. O repouso é
22 fundamental, mas em casos mais graves pode haver
necessidade de imobilização e fisioterapia. Mesmo em
um programa de exercícios adequado, os ortopedistas
25 recomendam a utilização de aliados que diminuam o risco
de uma lesão óssea, como tênis adequados, proteção para
cotovelo, joelho, pulso e ombro, dependendo da atividade.

Priscila Pastre Rossi e Tatiana Diniz. In: *Folha Online*
— *Folha de S. Paulo*, 28/9/2006 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, considerando as idéias e as estruturas do texto acima.

- 11 Mantêm-se o sentido e a correção gramatical do texto se o trecho “Que o exercício beneficia as crianças, não há dúvidas” (l.1-2) for reescrito da seguinte maneira: Não há dúvidas de que o exercício beneficia as crianças.
- 12 O pronome “se” (l.3) pode ser omitido sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do período.
- 13 Nas linhas de 4 a 7, o fragmento “baixas no sistema (...) pele” constitui a causa do treinamento infantil excessivo.
- 14 Na linha 9, as aspas foram empregadas para indicar uma citação.
- 15 Nas linhas 12 e 13, a forma verbal “interferem” refere-se aos termos “fatores estruturais”, “endócrinos” e “genéticos”.
- 16 Na linha 15, o termo “as” pode ser substituído por **aquelas** sem que haja alteração do sentido original.
- 17 No segundo parágrafo do texto, os conteúdos expressos entre parênteses denotam uma reflexão sobre os traumas do treinamento excessivo para crianças.
- 18 Os termos “frequência”, “resistência”, “distensões” e “ósseo”, presentes no texto, recebem acento gráfico porque seguem a mesma regra de acentuação.
- 19 O trecho “mas (...) fisioterapia” (l.22-23) denota idéia de conclusão relativa à oração anterior.
- 20 O vocábulo “Mesmo” (l.23) pode ser substituído por **Até**, sem prejuízo para o sentido e a correção gramatical do período.

O aumento da procura por carros bicompostíveis, conseqüência das seguidas altas no preço do petróleo, tem estimulado o setor produtor de cana-de-açúcar, que prevê dobrar a área plantada com a cultura em seis anos. Para fortalecer os pequenos e médios fornecedores das usinas de álcool, tramita no Senado Federal projeto que prevê a criação de programa específico para esse segmento, visando à ampliação do crédito, das opções de armazenamento e de assistência técnica. O projeto veda o apoio a propriedades que façam uso de trabalho escravo ou que adotem práticas nocivas ao meio ambiente.

Jornal do Senado, 16-22/10/2006 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema nele abordado, julgue os itens seguintes.

- 21 Os carros bicompostíveis a que o texto se reporta são os movidos tanto a gasolina quanto a álcool.
- 22 O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil a partir da segunda metade do século XX privilegia o transporte urbano individual, realidade que se expressa na contínua expansão da indústria automobilística brasileira.
- 23 O projeto citado no texto volta-se, essencialmente, para o apoio ao agronegócio, ou seja, às grandes corporações que atuam no campo com as atenções voltadas para a exportação.
- 24 A cana-de-açúcar é atividade econômica presente no Brasil desde o início da colonização e, daquela época aos dias de hoje, manteve a posição de liderança na pauta das exportações brasileiras.
- 25 A assistência técnica aos plantadores de cana, mencionada no texto, faz lembrar a importância da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a EMBRAPA, instituição que adquiriu renome mundial pelo trabalho científico-tecnológico que desenvolve.
- 26 Infere-se do texto que há, no referido projeto em tramitação no Senado, preocupação com o incentivo ao desenvolvimento sustentável e com o combate à exploração degradante da mão-de-obra.
- 27 O petróleo deixou de ser combustível essencial ao sistema produtivo do mundo contemporâneo, tendo sido substituído quase que integralmente por outras fontes de energia.
- 28 O fato de o Brasil ter atingido, em 2006, a auto-suficiência na produção do petróleo reflete um trabalho que remonta à criação da PETROBRAS, nos anos 50 do século XX.
- 29 Uma conseqüência positiva do processo de globalização é que as economias nacionais ficam protegidas das oscilações de preços dos produtos utilizados em larga escala.
- 30 O projeto mencionado no texto é o primeiro passo para que o Brasil crie seu primeiro programa oficial voltado para a utilização do álcool como combustível.

Julgue os seguintes itens com base na Constituição da República.

- 31 Considere a seguinte situação hipotética.
Um candidato à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais propôs aos seus eleitores, como meta de campanha, o desmembramento da região do Triângulo Mineiro. Conforme notícias veiculadas na imprensa, a população dessa região é totalmente favorável a essa proposta.
Nessa situação, relativamente à organização do Estado, a proposta para desmembrar a referida região do Triângulo Mineiro deverá ser submetida, inicialmente, à aprovação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- 32 Considere a seguinte situação hipotética.
Helena, de 19 anos de idade, por ter sido flagrada portando ilegalmente um revólver de calibre 38, foi conduzida a uma delegacia de polícia.
Nessa situação, pelo crime cometido, Helena poderá ser condenada à pena de trabalho forçado.
- 33 Qualquer associação organizada deverá requerer autorização do Estado para exercer suas atividades, uma vez que a Constituição da República impõe limites para o direito à liberdade de associação.
- 34 A Constituição da República não autoriza a criação de associações e movimentos sociais que utilizem técnicas paramilitares.

Adalberto, que é major da PMDF, integra o time de futebol do clube da PM em Brasília. Em março de 2002, durante uma partida de futebol na sede do clube campestre da PMDF, Adalberto foi vítima de ofensa racista proferida por Marcelo, jogador da equipe adversária e sargento da PMDF, na presença dos demais jogadores. Após o jogo, Adalberto registrou ocorrência policial na delegacia de polícia, por não estar em serviço no momento do fato relatado. Acusado por crime de racismo, Marcelo deverá ir a julgamento.

Com relação a essa situação hipotética e com base na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 35 Caso o julgamento de Marcelo não ocorra até março de 2007, o crime por ele cometido será prescrito, uma vez que os crimes de racismo prescrevem em cinco anos.
- 36 A pena máxima a ser aplicada a Marcelo será o pagamento de cestas básicas, tendo em vista que não é prevista a pena de reclusão para crimes de racismo.
- 37 Na sentença, a pena aplicada a Marcelo não poderá ser de caráter perpétuo.
- 38 Os crimes de racismo serão excepcionalmente julgados por tribunal de exceção, assegurados no processo judicial os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Acerca das funções essenciais à justiça previstas na Constituição da República e na doutrina do direito administrativo brasileiro, julgue o item abaixo.

- 39 A nomeação de membros do Conselho Nacional do Ministério Público é ato discricionário e exclusivo do presidente da República, não havendo participação do Poder Legislativo.

Com base na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 40** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão do Poder Judiciário e tem sede na capital federal. Assim como os juízes do Distrito Federal (DF), o CNJ tem jurisdição em todo o território nacional.
- 41** Os juizados especiais poderão ser criados pelo DF, pela União e pelos estados e têm importante papel na conciliação de causas de menor complexidade.
- 42** Os julgamentos que ocorrem nos órgãos do Poder Judiciário são reservados às partes e aos seus advogados.

O prefeito municipal recém-eleito de uma cidade do interior é servidor público de carreira da área de saúde há mais de 15 anos. O município dispõe da quantia de R\$ 400.000,00 que deverá ser utilizada exclusivamente na área de saúde, e o prefeito poderá optar pela construção de um hospital no valor de R\$ 300.000,00 ou de três hospitais no valor de R\$ 100.000,00 cada, nas áreas mais carentes da cidade.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens com base no direito administrativo brasileiro e na Constituição da República.

- 43** O prefeito acima citado, bem como todo prefeito municipal, deverá observar o princípio da moralidade e publicidade.
- 44** Ao utilizar o dinheiro em obra, o prefeito deverá observar o princípio da eficiência.
- 45** A escolha do prefeito pela construção do hospital ao custo de R\$ 300.000,00 ou dos três hospitais por R\$ 100.000,00 cada é um ato discricionário.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 46** Considere que Pablo tenha sido nomeado dentista do Superior Tribunal de Justiça em setembro de 2006, após aprovação em concurso público de provas e títulos. Nessa situação, a nomeação de Pablo para o cargo de dentista é um ato administrativo.
- 47** Ato administrativo perfeito é aquele que reúne eficácia e exequibilidade, segundo classificação do direito administrativo.

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em setembro de 2005, por meio da Portaria n.º 678/2005, nomeou uma comissão formada por juízes do tribunal para, no prazo de 30 dias, rever o regimento interno do órgão. A comissão concluiu os trabalhos no prazo estabelecido e, em maio de 2006, foi publicado o novo regimento interno no Diário Oficial e no Diário da Justiça, ambos do DF.

Considerando essa situação hipotética e com base na Constituição da República e no direito administrativo brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 48** O regimento interno do TJDFT é um ato administrativo normativo, segundo classificação do direito administrativo brasileiro.
- 49** A portaria citada pode ser classificada, segundo doutrina do direito administrativo, como ato ordinatório.
- 50** Segundo a Constituição, o TJDFT é órgão do Poder Executivo federal com sede na capital federal. Assim, seu regimento interno tem validade para todos os servidores daquele Poder.

Julgue o item abaixo, acerca de princípios do direito administrativo.

- 51** Segundo o princípio da supremacia do interesse público, entre o interesse do particular e o interesse público, este último prevalecerá, podendo o poder público, em casos especiais, desobrigar-se de respeitar os direitos individuais previstos na Constituição da República.

O presidente da República decretou, por 90 dias, estado de defesa, visando restabelecer a paz social na capital de determinado estado da federação. O decreto que instituiu o estado de defesa estabeleceu à população dessa capital, hoje com 400.000 habitantes, restrição ao sigilo de correspondência e de comunicação telefônica.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, acerca da defesa do Estado e das instituições democráticas.

- 52** O decreto do presidente da República que instituiu o estado de defesa é inconstitucional, uma vez que seu tempo de duração não poderá ser superior a 30 dias.
- 53** O sigilo de correspondência e das comunicações telefônicas é inviolável, portanto, não pode o decreto presidencial cercear esse direito.

No que tange ao estado de sítio previsto na Constituição da República, julgue os itens subseqüentes.

- 54** A decretação de estado de sítio, de competência do ministro de estado da Defesa, depende de prévia autorização do Congresso Nacional.
- 55** Com a decretação do estado de sítio, todas as garantias constitucionais previstas na Constituição podem ser suspensas pelo ministro da Justiça.

Com base nas disposições da Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

- 56** Considere a seguinte situação hipotética.
- Amadeu, formado em direito, exercia a advocacia quando foi aprovado para o cargo de promotor de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).
- Nessa situação, segundo a Constituição Federal, Amadeu, ao tomar posse no novo cargo, não poderá exercer a advocacia.
- 57** Membros do MPDFT não podem dedicar-se a atividades político-partidárias.

Adão, bacharel em direito, obteve aprovação no exame da OAB em março de 2004, inscrevendo-se como advogado em maio do mesmo ano. Em janeiro de 2005, Adão optou pela carreira de defensor público da União.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item abaixo com base na Constituição da República.

- 58** Para ingressar na carreira de defensor público da União, Adão deverá, necessariamente, ser aprovado em concurso público de provas e títulos.

Julgue os próximos itens, relativos ao *habeas corpus*.

59 Considere a seguinte situação hipotética.

Marcos, oficial do Exército, recebeu punição disciplinar. Seu superior hierárquico determinou que Marcos ficasse recolhido em prisão no quartel, por 4 dias. Inconformado, Marcos procurou um advogado para impetrar *habeas corpus* em seu favor.

Nessa situação, e de acordo com o previsto na Constituição Federal, Marcos não terá sucesso, uma vez que não cabe *habeas corpus* em relação a punições disciplinares.

60 Segundo a Constituição Federal, o *habeas corpus* visa principalmente à retificação e ao acesso a informações administrativas incluídas em processos sigilosos que estejam em andamento no âmbito dos poderes Judiciário e Executivo.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da teoria geral do crime e dos princípios de direito penal.

61 Valdir, pretendendo matar José, mediante o uso de veneno, ministrou polvilho no café de José, acreditando ser arsênico. Nessa situação, Valdir não deverá ser punido pela tentativa de homicídio, pois o meio empregado para o crime, pela própria natureza, é absolutamente incapaz de produzir o evento.

62 Aldo, um agente penalmente capaz, praticou, em 21/4/2004, conduta que ficou configurada como criminosa por lei que entrou em vigor no dia 22/4/2004. Nessa situação, essa lei deve ser aplicada e motivará a punição de Aldo.

63 João, momentos antes de atirar em Sebastião, percebeu que poderia também atingir a namorada de Sebastião, Maria, que se encontrava abraçada a este. Não obstante essa possibilidade previsível, João atirou em Sebastião e matou também Maria. Nessa situação, João deverá responder por dois crimes de homicídio: em relação a Sebastião, a título de dolo direto, e em relação a Maria, a título de dolo eventual.

64 Ana, ao dirigir, sem habilitação legal, um veículo em via pública, atropelou Joaquim, que faleceu em decorrência do acidente. Nessa situação, mesmo que reste provado que Ana não agiu culposamente, ela deverá responder por homicídio culposo em decorrência da falta de habilitação.

65 Carlos, fiscal de tributos, solicitou de um contribuinte vantagem indevida para se abster de aplicar determinada multa ou sanção administrativa. Nessa situação, o crime se consuma com a simples solicitação, mesmo que Carlos não receba efetivamente a vantagem.

Julgue os itens subsequentes, relativos à parte geral do Código Penal.

66 Para se caracterizar a tentativa de um crime, basta a exteriorização da vontade por meio de atos preparatórios, não se exigindo que o agente tenha praticado atos típicos de execução.

67 Considere a seguinte situação hipotética.

Lúcio, ladrão contumaz, adentrou em uma rica residência, mas, no momento em que se preparava para a subtração de bens e valores, desistiu do furto e se retirou do local.

Nessa situação, apesar de ter desistido voluntariamente da conduta, Lúcio deverá responder pela tentativa de furto, pois chegou a entrar na residência e ter acesso aos objetos.

68 Caracteriza-se o arrependimento eficaz quando o agente, tendo já esgotado todo o processo executório do delito, desenvolve determinada atividade que impede a produção do resultado.

69 Existem duas espécies de coação irresistível: a coação física irresistível — que importa na exclusão do crime por ausência de conduta — e a coação moral irresistível — que importa na exclusão da culpabilidade em face da inexigibilidade de conduta diversa.

70 Considere a seguinte situação hipotética.

Um oficial determinou a um soldado que exigisse do autor de um delito determinada quantia para a não-realização de sua prisão, tendo o subordinado cumprido a determinação, mesmo consciente de sua ilegalidade.

Nessa situação, somente o oficial deverá responder pelo crime de concussão, uma vez que o subordinado apenas cumpriu a ordem emanada de seu superior.

71 Considere que Cláudio, pretendendo matar Juarez, vá à procura deste e encontre-o deitado em via pública, aparentemente embriagado, todavia, morto anteriormente por Horácio, mediante enforcamento. Desconhecendo tal circunstância, Cláudio desferiu em Juarez cinco tiros, evadindo-se em seguida do local. Nessa situação, Cláudio responderá por tentativa de homicídio, enquanto Horácio responderá pelo crime consumado.

Em relação às excludentes de ilicitude, ou antijuridicidade, julgue os itens a seguir.

72 A injustiça da agressão, um dos requisitos da legítima defesa, independe da consciência da ilicitude por parte do agressor. Assim, admite-se a excludente contra a conduta de um menor ou doente mental, mesmo que inimputável.

73 É possível a legítima defesa contra a legítima defesa (legítimas defesas recíprocas), a exemplo de dois naufragos que se agredem pela posse de uma única bóia, restando apenas um único sobrevivente.

74 A prisão em flagrante de um criminoso realizada por um particular caracteriza-se, conforme os casos previstos na lei, como estrito cumprimento de dever legal.

75 Considere que, em uma partida de futebol, um dos jogadores, durante uma disputa de bola, tenha se chocado acidentalmente com um adversário que veio a falecer em virtude das lesões causadas pela colisão. Nesse caso, desde que fique demonstrado que o autor tenha agido dentro das regras do jogo, o resultado morte fica acobertado pela excludente do exercício regular de direito.

76 Considere que Manoel, ao perceber em sua casa um incêndio que poderia causar sérios riscos em bens materiais, penetre sem autorização em casa alheia para chamar os bombeiros pelo telefone, provocando pequeno dano no portão da casa, que se encontrava trancado. Nessa situação, Manoel poderá alegar estado de necessidade, pois agiu para repelir um perigo.

Em relação à parte especial do Código Penal, julgue os itens que se seguem.

77 Considere que um sujeito, com o intuito de receber indenização ou valor de seguro, lese o próprio corpo ou agrave as consequências de uma lesão. Nessa situação, o sujeito responderá pelos crimes de lesão corporal qualificada e estelionato.

78 Considere que Jonas, portando uma arma de fogo, com intuito de praticar um roubo, aproxime-se da vítima, a qual sem perceber a intenção de Jonas, distraidamente, deixara sua carteira sobre uma mesa. Aproveitando-se do descuido da vítima, Jonas subtrai a carteira, locupletando-se dos valores nela existentes. Nessa situação, a conduta de Jonas configura o crime de roubo qualificado pela posse de uma arma de fogo.

79 Na hipótese de um agressor ofender fisicamente alguém, produzindo-lhe dor, desacompanhada de ofensa à incolumidade física, tal conduta não constituirá o delito de lesão corporal, pois este somente se aperfeiçoa no momento em que há ofensa real à integridade corporal ou à saúde do ofendido.

80 O homicídio praticado mediante a promessa de pagamento somente se qualifica após o efetivo recebimento da vantagem pecuniária prometida. Portanto, um agente que pratique homicídio, mas que não tenha recebido a vantagem monetária prometida, responderá somente por homicídio em sua forma simples.

Em relação à parte especial do Código Penal e às leis penais extravagantes, julgue os itens seguintes.

81 Considere a seguinte situação hipotética.

Armando, policial militar, ao chegar a casa para o almoço, reclamou pela falta de feijão. A esposa o informou que deixara queimar o alimento. Enfurecido, Armando sacou o revólver da cintura e desferiu dois tiros na esposa, ceifando-lhe a vida.

Nessa situação, o homicídio praticado por Armando terá como qualificadora o motivo fútil.

82 Em relação ao crime de abuso de autoridade cometido por policial militar em atividade, a competência para o processo e o julgamento é da justiça comum e não, da justiça militar estadual.

83 Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, impõe-se a prisão em flagrante do infrator em qualquer hipótese, desde que presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos na legislação processual penal.

84 As infrações de menor potencial ofensivo sujeitas ao processo e julgamento dos juizados especiais criminais não incluem aquelas de natureza militar, sujeitas à justiça especial.

85 O crime de falso testemunho abrange o testemunho prestado na fase inquisitória, cabendo à autoridade policial que preside o inquérito indiciar criminalmente a testemunha pela prática do delito caso se convença de que a verdade foi por ela falseada.

Em relação ao inquérito policial militar, julgue os itens que se seguem.

86 Ao tomar conhecimento da prática de um ilícito de natureza militar, o comandante da unidade à qual pertence o autor do fato deve determinar, por meio de portaria, a abertura de inquérito policial militar (IPM), nomeando um oficial para apurar a autoria e a materialidade do fato, atendida a hierarquia do infrator.

87 Se o indiciado estiver preso, o prazo para a conclusão do IPM é de 20 dias, contados a partir do dia da execução da ordem de prisão.

88 Os autos do IPM, após concluídos, devem ser remetidos, inicialmente, à justiça comum, cabendo à autoridade judiciária a quem tiverem sido distribuídos remetê-los à auditoria militar competente.

89 Considere que uma autoridade militar designada para a presidência do IPM tenha concluído pela inexistência do crime. Nesse caso, essa mesma autoridade deve promover o arquivamento dos autos do IPM na própria unidade em que o procedimento foi instaurado.

90 Mesmo estando o fato e a sua autoria suficientemente esclarecidos por documentos ou outras provas materiais, o IPM não poderá ser dispensado, dado que constitui peça obrigatória para a instrução da ação penal competente.

91 O sigilo, indispensável ao êxito das investigações policiais, na fase inquisitória, alcança, no IPM, inclusive o advogado, em face da especificidade da apuração de crime propriamente militar.

Julgue os seguintes itens, relativos a aplicação da lei penal militar, crime militar e imputabilidade penal.

92 De acordo com a conceituação de crime militar doutrinariamente aceita, considera-se crime propriamente militar a infração penal prevista no Código Penal Militar específica e funcional do ocupante do cargo militar que lesiona bens ou interesses das instituições militares no aspecto particular da disciplina, da hierarquia, do serviço e do dever militar.

93 Para a aplicação da lei penal militar, é competente, no processo e no julgamento dos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a justiça militar estadual, cabendo à justiça militar federal a aplicação da lei penal castrense aos integrantes das Forças Armadas.

94 Conforme dispõe lei específica, é permitida a prestação de serviço militar como voluntário a partir dos dezessete anos de idade. Nesses termos, o voluntário menor de dezoito anos é alcançável pela lei penal militar, caso cometa algum crime dessa natureza.

95 Considere que uma militar da ativa pratique um aborto com a ajuda de um médico, também militar, em hospital sob a administração militar. Nessa situação, mesmo considerando-se o local do ato e os seus sujeitos, não há crime militar, pois a figura do aborto não integra o elenco da lei repressiva castrense.

96 Para efeito da aplicação da lei penal militar, são excluídos os militares inativos, da reserva remunerada ou reformados, ressalvados os crimes cometidos antes da inatividade.

Em relação à legislação específica aplicada à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), julgue os itens a seguir.

97 A organização e o regime único dos militares distritais e federais, apesar de apresentarem similitudes, diferem substancialmente entre si. O ingresso nas Forças Armadas dá-se tanto pela via compulsória do recrutamento oficial quanto por força de concurso de ingresso nos cursos de formação de oficiais, enquanto, para o ingresso nas polícias militares, que é voluntário, há exigência de concurso público.

- 98** O oficial presumivelmente incapaz de permanecer como policial militar da ativa deve ser submetido a conselho de disciplina com competência para julgar a incapacidade ou incompatibilidade desse militar para permanecer na ativa.
- 99** A remuneração dos militares do DF compõe-se de soldo, adicionais e gratificações, correspondendo o soldo à parcela básica mensal da remuneração e dos proventos, inerentes ao posto ou à graduação.
- 100** Para a promoção do policial militar a novo grau hierárquico, não poderá haver a supressão de posto ou graduação que não obedeça à seqüência hierárquica, excetuando-se a promoção por critério de bravura resultante de ato ou atos não-comuns de coragem e audácia.
- 101** O TJDF é competente para a imposição da sanção correspondente em processos relativos ao cometimento de faltas funcionais atribuídas a oficiais da ativa.

No que concerne ao Estatuto da PMDF, julgue os itens seguintes.

- 102** Na PMDF, a demissão aplica-se exclusivamente aos oficiais, não cabendo a aplicação desse instituto às praças.
- 103** Os uniformes da PMDF representam o símbolo da autoridade policial militar, com as prerrogativas a ela inerentes. Em razão disso, são privativos e exclusivos da corporação, constituindo infração penal o seu uso ilegítimo.
- 104** Na organização da instituição policial militar, posto é o lugar ocupado pela praça no quadro hierárquico, e graduação, o lugar ocupado pelo oficial, sendo ambos conferidos pelo comandante-geral da corporação.
- 105** A passagem do policial militar à situação de inatividade, mediante transferência a pedido para a reserva remunerada, se efetuará desde que o requerente conte no mínimo 30 anos de serviço, excetuando-se dessa exigência o coronel exonerado do cargo de comandante-geral da Polícia Militar, que poderá requerer a transferência mesmo que não possua o tempo de serviço estipulado.
- 106** Os aspirantes-a-oficial e os alunos da escola de formação de oficiais são praças especiais e freqüentam o círculo de oficiais intermediários, tendo precedência às demais praças.

No que concerne às noções básicas de direito penal militar e direito processual penal militar, julgue os itens subseqüentes.

- 107** A atividade de polícia judiciária consiste no recolhimento de todas as informações sobre o fato típico e quem tenha sido o seu autor. Tais informações, que possibilitarão ao Ministério Público o oferecimento da denúncia, ficam consubstanciadas no IPM.
- 108** Compete ao respectivo comandante-geral da corporação processar e julgar os casos referentes à perda de posto e da patente de militar estadual.
- 109** Dispõe o Código de Processo Penal Militar que, independentemente de flagrante delito, o indiciado poderá ficar detido até 30 dias, sendo possível a prorrogação da medida. Todavia, o encarregado do IPM não poderá aplicar indistintamente a medida, uma vez que esta somente se aplica aos crimes militares próprios.

- 110** Os crimes dolosos contra a vida praticados por policial militar contra civil são da competência da justiça militar, levando-se em conta a condição de militar do autor do delito.
- 111** O delito cometido por policial militar em situação de atividade contra outro policial militar na mesma situação constitui delito militar, independentemente da circunstância do lugar do crime, da condição de serviço ou de outra qualquer e da Arma a que pertençam os sujeitos ativo e passivo.
- 112** Considere que um oficial da polícia militar em atividade tenha sofrido agressão praticada em conjunto por um policial militar e um civil. Nessa situação, o integrante da corporação militar deverá responder perante a justiça militar estadual pela prática de crime militar, enquanto o civil deverá ser processado e julgado na justiça comum.
- 113** Desde que não encontre correspondente na lei penal comum, o civil pode figurar como autor de crime propriamente militar, pois a lei penal castrense não faz distinção entre os sujeitos do crime.
- 114** Para efeito de aplicação da lei penal militar, não existe relação de subordinação hierárquica entre militares das Forças Armadas e da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros, ressalvada a hipótese de integrarem, legalmente, força conjunta.
- 115** Na falta de oficial de maior antiguidade, a investidura do militar na função de polícia judiciária confere ao oficial, embora do mesmo posto e de menor antiguidade, condição para presidir IPM.

Em relação à aplicação da lei penal militar, julgue os itens a seguir.

- 116** Nos delitos militares de competência da justiça federal castrense, o policial militar e o bombeiro militar são comparados ao militar federal integrante das Forças Armadas e devem receber o mesmo tratamento processual-penal.
- 117** O motim e a revolta são classificados como crimes propriamente militares, por constituírem infração penal específica e funcional do ocupante do cargo militar.
- 118** Considere que um civil, ao trafegar com seu veículo em via pública, cause, por imprudência, acidente de trânsito sem vítima, o qual provoque danos e avarias em uma viatura da polícia militar empregada em atividade intrinsecamente militar. Nessa situação, esse civil deverá ser processado e julgado pela justiça castrense, em face da previsão do dano culposo como crime militar.
- 119** Considere que um policial militar, no exercício de policiamento de trânsito, tenha provocado culposamente um acidente de trânsito, causando lesões corporais em um civil. Nessa situação, estando o policial militar em serviço, é competente para julgá-lo a justiça militar estadual.
- 120** Na lei repressiva castrense, as ofensas que dizem respeito às atribuições legais das instituições militares, à autoridade militar e ao serviço militar têm como agentes tanto o civil quanto o militar, enquanto as que atingem a disciplina e a hierarquia têm como agente somente o militar.

